

Central Solar Fotovoltaica - BEIRA

Projeto de Envolvimento das Comunidades (PEC) – Plano de Ação
(Julho de 2025)

ÍNDICE

1. Introdução
2. A importância do Envolvimento das Comunidades
3. Objetivos do Relatório
4. Enquadramento Legal e Medidas Padrão
5. Caracterização (sumária) do território impactado
6. Caracterização (sumária) do território impactado – dinâmicas políticas
7. Envolvimento das Comunidades – uma leitura prospetiva
8. Envolvimento das Comunidades – processo de desenvolvimento
9. Envolvimento das Comunidades – CONSTRUÇÃO DO MAPA DE INTERLOCUTORES – Ponto de Situação
10. Envolvimento das Comunidades – CONSTRUÇÃO DO MAPA DE INTERLOCUTORES – Níveis de prioridade
11. Envolvimento das Comunidades – ESTUDO DE OPORTUNIDADES apresentadas pelo projeto
12. Envolvimento das Comunidades – PLANO DE AÇÃO
13. Envolvimento das Comunidades – PONTO DE SITUAÇÃO
14. Envolvimento das Comunidades – WORK IN PROGRESS

1. Introdução

A **IGNICHOICE RENEWABLE ENERGY V, Lda** está a desenvolver, na qualidade de Promotor, a Central Solar Fotovoltaica (CSF) **BEIRA** no distrito de Castelo Branco. O Projeto divide-se entre as regiões do **Beira Baixa**, distrito de **Castelo Branco**, mais precisamente, no concelho de **Castelo Branco**, nas freguesias de Monforte da Beira, Malpica do Tejo, Benquerenças, UF de Escalos de Baixo e Mata e Castelo Branco e no concelho de **Idanha-Nova**, nas freguesias de Ladoeiro e UF de Idanha-a-Nova e Alcafozes.

Com uma potência pico de 266 MWp e uma capacidade de injeção atribuída de 220 MVA, a CSF Beira será um centro electroprodutor que aproveita a energia solar para conversão em energia elétrica, utilizando tecnologia fotovoltaica instalada em estrutura com seguimento solar.

A CSF e a correspondente Linha de Muito Alta Tensão (LMAT) impactam, de forma diferenciada, seis Freguesias (nos dois concelhos). Destas, quatro ou cinco (dependendo do corredor da LMAT definido no âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental) apenas serão impactadas pela LMAT.

2. A importância do Envolvimento das Comunidades

O Promotor tem um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e responsável dos seus projetos, tendo como um dos pilares fundamentais a transparência, ética e respeito pelas comunidades e recursos locais.

Assim, o Promotor considera o envolvimento das comunidades e a partilha de benefícios como um elemento central da performance ambiental e social dos seus projetos e uma componente essencial das boas práticas e cidadania empresarial. Em particular, a Lightsource bp reconhece que o envolvimento comunitário é um elemento-chave para conseguir e manter o suporte abrangente e sustentado dos principais atores locais ao projeto, uma vez que os pontos de vista, preocupações e interesses locais estão a ser identificados, recebidos, compreendidos e ponderados no desenho e execução do projeto e das políticas e medidas de envolvimento das comunidades locais.

A presente proposta de Plano de Envolvimento das Comunidades Locais tem por base a estratégia interna de envolvimento das comunidades e o enquadramento legal português na matéria, no estrito cumprimento do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 14-A/2022, de 26 de abril, e alterado pelos Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro, e Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (e suas retificações), e no seguimento do Despacho Conjunto APA/ DGEG relativo a "Título de Reserva de Capacidade e os procedimentos previstos no regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental" (Artigo 2.º, número 1, alínea a)), de 14 de julho de 2023 e respetiva alteração, de 6 de maio, à alínea d) do artigo 1º, correção da identificação da alínea f) para e) do artigo 1º e alteração à alínea d) do nº1 do artigo 2º.

3. Objetivos do Relatório

A proposta de projeto de envolvimento de comunidades apresentada em sede de EIA (em documento autónomo) estabelece, **para a presente fase de licenciamento ambiental conforme as premissas legais acima identificadas, as medidas-padrão e diretrizes que orientarão o desenvolvimento do futuro Projeto de Envolvimento das Comunidades. O presente documento, complementar à proposta de Projeto de Envolvimento de Comunidades, pretende estabelecer o plano de ação que está em curso e o ponto de situação à presente data** do mesmo que redundará na proposta final de Projeto de Envolvimento das Comunidades em fase subsequente, e que descreve toda a análise de contexto já efetuada, o mapa de interlocutores relevantes já estabilizados, as áreas de intervenção sinalizadas, os contactos já efetuados e os passos subseqüentes a desenvolver.

4. Enquadramento Legal e Medidas Padrão

São medidas-padrão e diretrizes a desenvolver para o futuro Projeto de Envolvimento das Comunidades:

A— Compatibilização de usos comunitários com a produção fotovoltaica (*dual-use* dos solos; enquadrável na alínea a) do Artigo 6.º)

B— Promoção do emprego local (enquadrável na alínea b) do Artigo 6.º)

C— Biodiversidade e sensibilização ambiental (enquadrável na alínea c) do Artigo 6.º)

D— Promoção de eficiência energética e autoconsumo (enquadrável na alínea d) do Artigo 6.º)

A forma como estas medidas-padrão serão desenvolvidas e resultarão em projetos de envolvimento das comunidades dependerá dos resultados da análise exaustiva do território, suas políticas, protagonistas e prioridades, já em curso, procurando-se que o resultado seja, ele mesmo, resultado de um processo de envolvimento, específico e participado.

5. Caracterização (sumária) do território impactado

Com territórios extensos e uma baixa densidade populacional, os Municípios são caracterizados por uma população envelhecida ainda que dinâmicas relacionadas com a vinda de estrangeiros em gozo de reforma e movimentos migratórios assentes em necessidades de mão-de-obra tenham iniciado um processo de lenta recomposição populacional.

A atividade agrícola é relevante nestes territórios com destaque para agricultura em modo biológico em Idanha-a-Nova ou o olival e a viticultura em Castelo Branco.

Não obstante, a presença de entidades relevantes do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (como a Universidade da Beira Interior ou o Instituto Politécnico de Castelo Branco) têm favorecido o empreendedorismo e a fixação de quadros em áreas de perfil mais tecnológico-industrial.

Em ambos os Municípios é igualmente importante o potencial turístico e cultural das comunidades e da paisagem bem como a presença de um desenvolvido sector social motivado pela necessidade de apoio às populações idosas desacompanhadas ou dependentes.

6. Caracterização (sumária) do território impactado – dinâmicas políticas

Tendo em conta a natural relevância dos titulares de cargos políticos nos órgãos autárquicos, que tutelam a política pública de proximidade nestes territórios, é especialmente delicada a fase atual de desenvolvimentos dos projetos que, a nível local, como também nacional, enfrentam atos eleitorais.

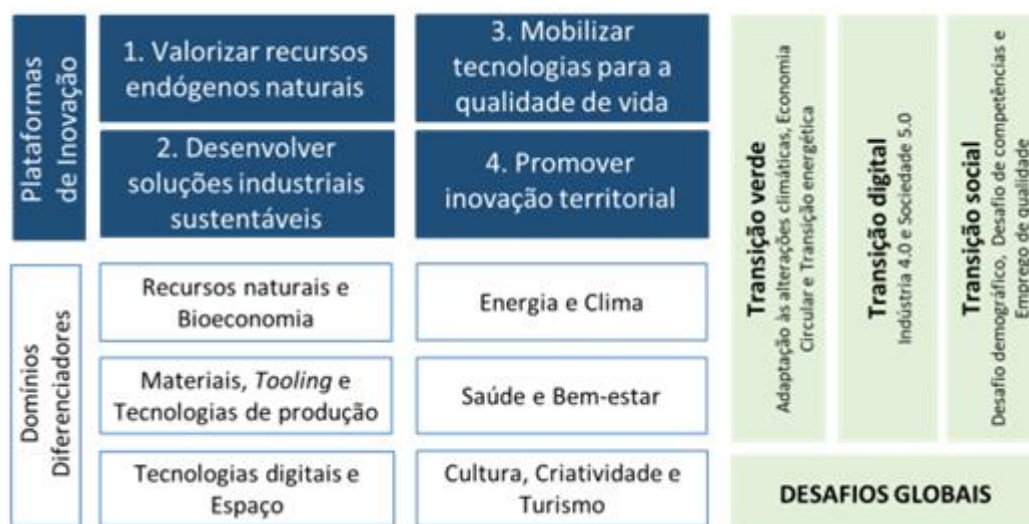
É assim, necessário caracterizar o espectro político no qual historicamente se movem os territórios bem como ensaiar as probabilidades de alteração no posicionamento dos protagonistas envolvidos quanto aos projetos/ temática em causa.

7. Envolvimento das Comunidades – uma leitura prospetiva

O tema do Envolvimento das Comunidades lê-se sobretudo, no âmbito desta tipologia de projetos, numa perspetiva de garantia de maior transparência sobre as respetivas características por forma a que as comunidades compreendam e defendam o impacto relevante que encerram ao nível da defesa de um ambiente mais sustentável e ainda na procura de um plano de benefícios “compensatórios” pela contribuição efetiva que cada território oferece ao desenvolvimento dos mesmos.

No entanto, uma leitura prospetiva informada designadamente das dinâmicas demográficas destes territórios e comunidades, bem como da aposta nos eixos em que assenta a Estratégia Regional de Inovação Regional, obriga ao estudo das hipóteses que ultrapassem o trabalho micro comunitário.

Neste plano será assim muito relevante conhecer e explorar a Estratégia Regional de Inovação da Região Centro que se ilustra de forma sintética na Figura abaixo:



Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro – Revisão 2021-2027 - Pg. 5

8. Envolvimento das Comunidades – processo de desenvolvimento

Tendo em conta o contexto referido, foi definido o seguinte Plano para o desenvolvimento do tema:

1. Construção de um **MAPA DE INTERLOCUTORES** para cada Município
2. Identificação e caracterização de **GRUPOS DE INTERLOCUTORES** por **nível de prioridade** no contacto/envolvimento
3. Identificação de **OPORTUNIDADES** garantidas pelo projeto
4. **PLANO DE AÇÃO** para desenvolvimento de contactos, estabelecimento de parcerias e concretização de projetos para e com as comunidades

9. Envolvimento das Comunidades – CONSTRUÇÃO DO MAPA DE INTERLOCUTORES – Ponto de Situação

No conjunto dos dois Municípios foram identificados **29 interlocutores** que, organizados, por diferentes prioridades serão, entre outros que a todo o momento se apresentem como relevantes, contactados e envolvidos no desenvolvimento do projeto da CSF BEIRA. Esta lista de stakeholders será provavelmente ampliada nos próximos meses, à medida que se avance no contacto com as comunidades vizinhas ao projeto e também com a contribuição já sinalizada pelas respetivas Câmaras Municipais.

Associativismo/Entidades Supramunicipais

- CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
- CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

Administração local

Município de Castelo Branco

- Freguesia de Monforte da Beira
- Freguesias de Castelo Branco, Malpica do Tejo, Benquerenças, Escalo de Baixo e Mata (LMAT)

Município de Idanha-a-Nova

- Freguesia de Ladoeiro
- União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes

Assembleia Municipal de Castelo Branco

Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova

Entidades Sectoriais /Regionais

- AJAP - Associação de Jovens Agricultores Portugueses
- ADACB – Associação Distrital de Agricultores de Castelo Branco
- UBI – Universidade da Beira Interior
- Comissão de Co-Gestão da reserva Natural da Serra da Malcata
- Instituto Politécnico de Castelo Branco
- ESGIN – Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova
- Comissão de Co-Gestão do Parque Natural do Tejo Internacional

Entidades Locais – Idanha-a-Nova

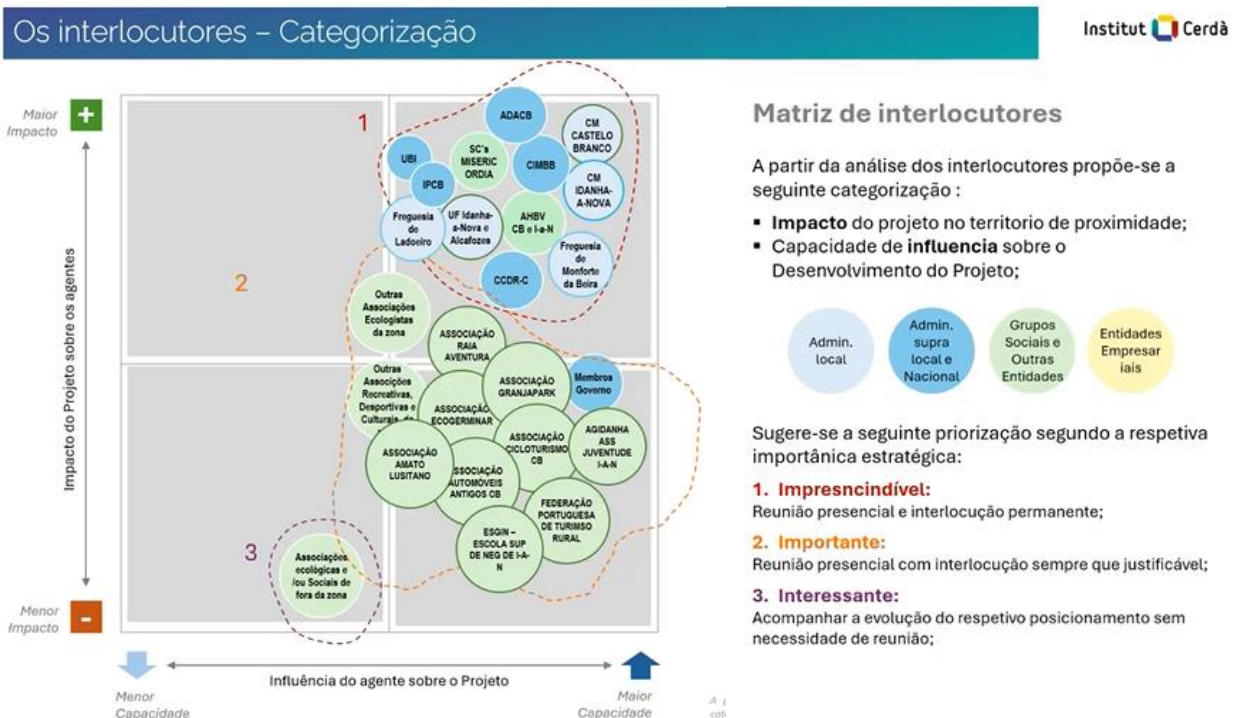
- AHBVI – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA
- AGIDANHA – Associação de Juventude de Idanha-a-Nova
- FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TURISMO RURAL

Entidades Locais – Castelo Branco

- AVISO – Associação de Apoio ao Voluntário ao Idoso Só
- Erasmus Student Network – Castelo Branco
- Associação Raia Aventura
- Associação Ecogerminar
- Associação GranjaPark
- Associação de Cicloturismo de Castelo Branco
- Associação de Automóveis Antigos de Castelo Branco
- Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco
- Associação Amato Lusitano
- AHBV Castelo Branco

10. Envolvimento das Comunidades – CONSTRUÇÃO DO MAPA DE INTERLOCUTORES – Níveis de prioridade

Sendo naturalmente diferente a amplitude e a vocação de cada instituição sinalizada, foi definido o seguinte mapa de prioridades quanto ao contacto a estabelecer:



11. Envolvimento das Comunidades – ESTUDO DE OPORTUNIDADES apresentadas pelo projeto

O ponto de partida para qualquer processo de envolvimento de comunidades é sempre a apresentação transparente e cabal do projeto em causa, tendo até à data sido realizada ao nível do executivo municipal.

No entanto, é igualmente importante o inventário de oportunidades que possam ser relevantes para a vida da coletividade.

São as seguintes as OPORTUNIDADES/VANTAGENS identificadas no caso da CSF Beira:

- **Os impactos positivos do projeto em termos socioeconómicos**
 - **Aumento** das **receitas** Municipais em **€ 2,970.000** ao abrigo dos benefícios atribuídos aos territórios que acolhem projetos de energias renováveis, e contribuem ativamente para a aceleração da transição energética, nos termos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro
 - Acrescem as **compensações** que podem ser acordadas ao **abrigo do art. 6º 30-A/22** – alvo de alinhamento com os municípios envolvidos
 - E ainda a arrecadação de **IMI**

- **300 empregos** durante a fase de **construção**
 - Iniciativas de **promoção da empregabilidade** e contratação de **serviços de âmbito local**
 - **Salvaguarda dos principais valores identificados** no âmbito dos estudos de especialidade:
 - ocorrências patrimoniais/habitats e áreas de suporte a espécies faunísticas de interesse conservacionista/povoamentos e núcleos de quercíneas / linhas de água com relevância hidrológica e de suporte de ecossistemas
 - Proposta de **Plano de Estrutura Verde e de Integração Paisagística**
 - **Compensação da perda de desflorestação** e criação de **sumidouros de carbono**
 - **Promoção de pastagem no parque** com produtores de ovinos de raças locais, incluindo criação de condições locais como bebedouros/ charcas, e apicultura (incluindo a promoção de espécies autóctones aromáticas para suporte a esta atividade)
 - **Percursos pedestres turístico-interpretativos**, interconectados com a rede existente
 - Melhoria e construção de **novos acessos**
 - **Incorporação de conhecimento** e captação de novos quadros qualificados
 - **Formação em conservação e salvaguarda** de práticas tradicionais
 - Apoio/ parcerias em **projetos na área da conservação da natureza, espaços de caça, atividade de educação e turismo ambiental e investigação científica**
 - Outras colaborações potenciais com comunidades locais estão listadas na secção 13 deste documento.
- **O minucioso Estudo do território**
 - Plano Nacional da Água, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Plano Rodoviário Nacional (PRN), Plano Sectorial da Rede Natura (2000), Programa Regional de Ordenamento Florestal, Plano de Gestão de Rede Hidrográfica, Plano Diretor Municipal, Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios entre outros.
 - **A Valorização Ambiental**
 - Implementação de práticas agrivoltaicas
 - **O contributo para a resposta aos desafios da emergência climática**
 - **Evita a emissão de 14.920 ton CO₂ eq anualmente**
 - **Evita a emissão de 596 80 ton CO₂ eq durante os 40 anos da operação**
 - **129.386 habitações** abastecidas com **energia limpa por ano** (equivalente)
 - **15.722 automóveis removidos** das estradas (equivalente)
 - Contribui para a segurança do abastecimento, para a autonomia energética, para a diversificação das fontes e para o cumprimento nacional e europeu das metas associadas à transição energética e emergência climática

- **A escuta ativa, participação e compromisso social da Lightsource bp**
 - Visitas ao terreno
 - Entrevistas direcionadas
 - Sessões de Esclarecimento
 - Comissões de Acompanhamento
 - Planos de partilha de valor

12. Envolvimento das Comunidades – PLANO DE AÇÃO

A partir da análise efetuada, foram definidos os próximos passos a seguir para assegurar o avanço adequado do projeto, considerando tanto as oportunidades quanto os desafios identificados.

Ouvir os principais interlocutores → identificar oportunidades e riscos

Identificar pontos de compensação ligadas ao desenvolvimento do território

Identificar áreas de compensação social que possam beneficiar o território, integrando-as no plano de desenvolvimento do projeto. Com base nas reuniões com as partes interessadas locais, serão identificadas possíveis ações de investimento social.

Avaliar os riscos

Realizar uma avaliação de riscos e o planeamento de uma estratégia de atuação a médio prazo.

Dossiê do projeto, Q&A, Página de internet

Elaborar um dossier completo com todas as informações técnicas, ambientais e económicas do projeto, garantindo que os interlocutores e as partes interessadas tenham acesso a dados claros e detalhados, assim como desenvolver um Q&A, uma página de internet e outros materiais para a divulgação.

Canais estáveis de diálogo

Promover canais estáveis de diálogo e acompanhamento com os interlocutores locais determinantes (ex.: comissão de acompanhamento com a Câmara Municipal).

13. Envolvimento das Comunidades – PONTO DE SITUAÇÃO

A Lightsource bp tem vindo a desenvolver ao longo do tempo contactos sistemáticos com os Municípios, ao nível técnico e político visando dar a conhecer o projeto de forma sustentada e transparente. No entanto, e tendo em conta a importância que atribui a um correto estudo das comunidades impactadas e aos planos de valor que pretende contruir e partilhar com as mesmas, contratou uma instituição especializada – Institut Cerdà - com 40 anos de experiência na área do envolvimento das comunidades e da gestão de riscos.

Com o apoio da equipa do Institut Cerdà, foram desenvolvidas as ferramentas acima apresentadas e será realizada uma série de reuniões com os dois municípios envolvidos e com as principais partes interessadas acima enumeradas.

Em estreita colaboração com estas partes interessadas, será avaliado o estabelecimento de um plano de benefícios partilhados que gere um impacto positivo na população local.

Há já uma lista de projetos sinalizados como potencialmente interessantes, quer a partir de planos implementados em enquadramento comunitário social semelhante ao do presente projeto quer também a partir das diligências já efetuadas, para exploração e desenvolvimento de parcerias designadamente:

1. Organização de Comissões de Acompanhamento
2. Identificação de Agentes de Ligação que, no terreno, sirvam de ponte entre as comunidades e a empresa
3. Apoio à instalação de painéis solares em edifícios públicos
4. Apoio à tramitação e criação de Unidades Produtoras de Autoconsumo (UPAC)
5. Apoio à tramitação e criação de Comunidades Energéticas (CER)
6. Aproveitamento da energia sobrança para baixa da fatura energética das comunidades – criação de uma bolsa de energia
7. Organização de workshops para promoção da eficiência energética – adultos
8. Organização de workshops para promoção da eficiência energética e sustentabilidade climática - escolas
9. Organização de visitas de estudo à CSF
10. Criação de planos municipais de emprego para a captação de recursos locais na fase de construção /manutenção da CSF
11. Estudo/implementação de medidas agrivoltaicas – e.g. pastoreio ou apicultura
12. Apoio ao desenvolvimento de aproveitamentos hídricos
13. Promoção da investigação aplicada – plantas endémicas
14. Valorização e divulgação de produtos com Denominação de Origem
15. Valorização das espécies florestais endémicas – criação de trilhos
16. Valorização das espécies florestais endémicas – zona de plantação que funcione como área de sensibilização ambiental
17. Plantação de ervas aromáticas e medicinais.

Importa dar nota que a futura aplicabilidade e operacionalização de qualquer das medidas propostas e acordadas com autoridades, stakeholders ou outras contrapartes, dependem do cumprimento das políticas internas LSbp de antissuborno, anticorrupção, crimes financeiros, conflito de interesses, *due diligence* e gestão de risco de contrapartes, ética e conduta empresarial, escravatura moderna e tráfico humano e, finalmente, *compliance*.

Adicionalmente, refere-se que o conjunto de medidas e parcerias em avaliação e desenvolvimento estão dependentes da presença no território de parceiros/ atores/ infraestruturas/ logística nas áreas de interesse e com capacidade de implementação/ operacionalização, do real interesse e mais-valia que se retira das mesmas e da sua eventual complementaridade a nível de implementação.

14. Envolvimento das Comunidades – EM DESENVOLVIMENTO

- Como explicado acima, após analisar a região do ponto de vista social com a ajuda do Instituto Cerdá, nos próximos meses será realizada uma série de reuniões com as partes interessadas locais para explorar possíveis áreas de interesse comum em benefício da comunidade e para fazer avançar o plano de benefícios partilhados do Promotor. Tendo em consideração os pontos acima mencionados, é possível concluir que o trabalho de envolvimento das comunidades é um dos pilares que sustentam o desenvolvimento do projeto BEIRA;
- Com a mesma importância atribuída ao desenvolvimento técnico ou ao licenciamento ambiental, a Lightsource bp alocou meios específico à prossecução deste objetivo;
- É dupla a meta a atingir – dar a conhecer o projeto com transparência e beneficiar as comunidades mais diretamente impactadas;
- Os principais instrumentos a usar são o levantamento dos INTERLOCUTORES, o conhecimento do TERRITÓRIO e das suas NECESSIDADES, e o desenho de um PLANO DE AÇÃO;
- Esta relação com as comunidades será contínua e progressiva ao longo dos vários momentos do desenvolvimento da CSF – do licenciamento à construção, da operação ao fim de vida.

15. Reuniões realizadas com as Câmaras Municipais

Desde o início do processo de desenvolvimento do projeto, em 2021, foram realizadas visitas ao território com o objetivo de reunir com representantes públicos e técnicos dos municípios envolvidos no projeto com o objetivo de apresentar o projeto, aferir a adequabilidade do mesmo face ao seu enquadramento territorial e antecipar eventuais constrangimentos que se pudessem afigurar relevantes.

Em 2024 e 2025, existiram contatos/reuniões que permitiram abordar mais em detalhe temas relacionados ao envolvimento das comunidades e identificar e apresentar os pontos-chave para o desenvolvimento de uma estratégia de envolvimento comunitário em conjunto.

Os encontros contaram com a participação de representantes políticos, técnicos municipais e do Promotor do projeto.

Estas reuniões alimentaram a lista de potenciais projetos de interesse identificada neste documento e em desenvolvimento e avaliação. Nos próximos meses, e com o apoio da larga experiência no contexto social do Institut Cerdá, estas reuniões continuarão a realizar-se regularmente com o objetivo de evoluir no sentido de evoluir para o Plano de Ação/ Projeto de Envolvimento de Comunidades a aplicar em articulação com os municípios.